**ATA DA 36.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**5ª LEGISLATURA**

Aceguá, 03 de dezembro de 2018

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas e quinze minutos, no Plenário Ecesar Pintos, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, o Senhor Presidente, Vereador Alfredo Castillos de Los Santos-PSDB, após verificar a existência de número legal deu por aberta a Sessão, solicitando ao 1.º Secretário, Vereador Dalmiro Almeida-PP, que procedesse a chamada dos demais Vereadores, estando presentes pelo MDB: Anderson Barcelos Correa, Edmundo Pichler, Liziane Jardim e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; pelo PSDB: Emerson Vidal Ferreira, Jacqueline Ferreira e Odete da Silva Ribeiro. De imediato, o Presidente solicitou ao Secretário a leitura da ata da Sessão anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Após, solicitou a leitura do EXPEDIENTE EXTERNO, onde constaram os protocolos de n.ºs: 0736 a 0739, 0751 e 0752/2018. Posteriormente, não havendo inscritos em PALAVRA NO EXPEDIENTE, o Presidente passou para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, quando fizeram uso da tribuna, os Vereadores Dalmiro Almeida e Jacqueline Ferreira. Em continuidade, solicitou à 2.ª Vice-Presidente, Vereadora Odete da Silva Ribeiro, que assumisse os trabalhos para que pudesse se manifestar. Reassumindo os trabalhos, solicitou ao Secretário, a leitura do EXPEDIENTE INTERNO onde constaram os requerimentos n.ºs: 0710/2018 – Da Vereadora Jacqueline Ferreira; 0745/2018 – Da Vereadora Odete da Silva Ribeiro; 0753 a 0757/2018 – Da Vereadora Liziane Jardim. Prosseguindo, solicitou a leitura dos EXPEDIENTES que BAIXARAM PARA AS COMISSÕES TÉCNICAS de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA e de FINANÇAS E ORÇAMENTO, sendo: PL n.º 079/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza contratação emergencial de agente comunitário de saúde”; PL n.º 080/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui ação na Lei Municipal n.º 1553, de 13 e julho de 2017 - PPA”; PL n.º 081/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.568, de 11 de setembro de 2017 – LDO para o exercício de 2018 – a seguinte ação; PL n.º 082/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$341.224,43”; PL n.º 083/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$12.458,36”. A seguir, solicitou a leitura de PARECERES sobre EMENDAS, PROJETO DE LEI ORDINÁRIA, bem como, sobre PROJETOS DE RESOLUÇÃO: sendo: a) sobre EMENDAS: PROCESSO n.º 0731/2018 – Do Vereador EDMUNDO PICHLER – “Emenda n.º 01 ao PROCESSO n.º 0699/2018, que Estima a receita e fixa a despesa do Município de Aceguá para o exercício financeiro de 2019”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela constitucionalidade; Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantém o voto dos relatores; PROCESSO n.º 0732/2018 – Do Vereador ANDERSON BARCELOS CORREA - Emenda n.º 02 ao PROCESSO n.º 0699/2018, que Estima a receita e fixa a despesa do Município de Aceguá para o exercício financeiro de 2019”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela constitucionalidade; Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantém o voto dos relatores; PROCESSO n.º 0733/2018 – Dos Vereadores EDMUNDO PICHLER e LIZIANE JARDIM - Emenda n.º 03 ao PROCESSO n.º 0699/2018, que Estima a receita e fixa a despesa do Município de Aceguá para o exercício financeiro de 2019”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela constitucionalidade; Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantém o voto dos relatores; b) sobre PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: PROCESSO n.º 0699/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Substitutivo ao PL n.º 064/2018, que Estima a receita e fixa a despesa do município de Aceguá para o exercício financeiro de 2019”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela constitucionalidade; Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantém o voto dos relatores; c) sobre PROJETOS DE RESOLUÇÃO: PR n.º 001/2018 – Da MESA DIRETORA – “Dá nova redação ao Art. 15 da Resolução n.º 027/2006”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela constitucionalidade; Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantém o voto dos relatores; PR n.º 002/2018 – Da MESA DIRETORA – “Altera a redação do § 1.º do Art. 54, da Resolução n.º 027/2006”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela constitucionalidade; Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantém o voto dos relatores; PR n.º 003/2018 – Da MESA DIRETORA – “Fixa o período de gozo de férias para os Vereadores”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela constitucionalidade; Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria. Parecer das Comissões: mantém o voto dos relatores. Ato contínuo, solicitou a leitura de PROJETOS EM TRAMITAÇÃO, sendo: Em PRIMEIRA DISCUSSÃO: PROCESSO n.º 0670/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Substitutivo ao PL n.º 075/2018 – Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$225.000,00”; PL n.º 077/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza contratação emergencial de servente/merendeira”; PL n.º 078/2018 – “Autoriza contratação emergencial”; Em TERCEIRA DISCUSSÃO: PL n.º 072/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui ação na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 – PPA; PL n.º 073/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.568, de 11 de setembro de 2017 – LDO para o exercício de 2018 – a seguinte ação”; PL n.º 074/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$75.000,00”. Após, havendo número legal o Presidente deu início à ORDEM DO DIA, com a votação de Requerimento e de Projeto de Lei Ordinária, sendo: a) REQUERIMENTO n.º: 0741/2018 - Das COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA e de FINANÇAS E ORÇAMENTO – “Requerem, após ouvido o Colendo Plenário, nos termos do Art. 33, § 2.º do Regimento Interno, a interrupção de tramitação do PL n.º 076/2018, que concede gratificação especial”, até o recebimento das informações solicitadas”, aprovado por unanimidade; b) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: PL n.º 067/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 108, de 1.º de outubro de 2002”, aprovado de forma unânime. Em continuidade, informou a liberação de diárias ao Vereador Luis Eduardo Nunes Gonçalves, para viagem a Porto Alegre/RS, dias 26 e 27/11/2018, visando cumprir agendas junto aos Deputados: Federal, Márcio Biolchi e Estadual, Fábio Branco, além de DAER e DNIT. Posteriormente, consultou os Líderes de Bancada, data para realização de Sessões Extraordinárias, para apreciação dos PLs. n.ºs 067, 068, 072 a 074, 077 a 083, bem como, do processo n.º 0670, substitutivo ao PL n.º 075, atendendo solicitação do Poder Executivo, através do Of/Gab/PM/AssParl/022/2018, protocolado sob n.º 0751/2018, bem como, dos Projetos de Resolução, da Mesa Diretora n.º 01 a 03/2018, além do PROCESSO n.º 0699/2018, Substitutivo do PL n.º 064/2018, que estima a receita e fixa a despesa do município de Aceguá para o exercício financeiro de 2019, com as Emendas correspondentes, cujos processos foram protocolados sob n.º 0731 a 0733/2018 tendo ficado marcada para as 10h, do dia seis do corrente mês. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aceita, vai devidamente assinada.

 Presidente Secretário